

ONM Health S.A.

Relatório sobre a Revisão de
Informações Financeiras Intermediárias
para o Trimestre Findo em
30 de Junho de 2026

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Conteúdo

Relatório de revisão dos auditores independentes sobre as Informações financeiras intermediárias	1
Balanços patrimoniais	2
Demonstrações do resultado	3
Demonstrações do resultado abrangente	4
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	5
Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto	6
Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias	7

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas, ao Conselho de Administração e aos Administradores da
ONM Health S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da ONM Health S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações intermediárias trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1), aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

São Paulo, 7 de agosto de 2026


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Danilo Namura Lombardoso
Contador
CRC nº 1 SP 278829/O-3

ONM HEALTH S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota explicativa	30/06/2026	31/12/2025
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	11.707	22.348
Contas a receber	4	12.743	11.371
Impostos a recuperar	5	1.537	2.777
Ativo financeiro	6	42.565	50.258
Outros ativos		805	602
Total do ativo circulante		69.357	87.356
NÃO CIRCULANTE			
Impostos a recuperar	5	2.804	2.913
Ativo financeiro	6	259.617	244.508
Outros ativos		458	458
Imobilizado	7	1.797	1.922
Direito de uso	8	2.138	2.451
Total do ativo não circulante		266.814	252.252
TOTAL DO ATIVO		336.171	339.608

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	30/06/2026	31/12/2025
CIRCULANTE			
Fornecedores	9	10.451	12.337
Operação Confirming	9	8.718	8.932
Empréstimos e financiamentos	12	10.250	8.760
Debêntures	13	10.750	9.316
Obrigações trabalhistas		1.653	2.213
Impostos e contribuições a recolher	10	2.060	9.272
Imposto de renda e contribuição social a recolher	11	65	227
Dividendos a pagar	15	5.405	21.905
Outros passivos		175	57
Total do passivo circulante		49.527	73.019
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos.	12	34.397	40.232
Debêntures.	13	51.745	55.484
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	68.274	61.937
Impostos e contribuições diferidos a recolher.	10	35.161	26.021
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	14	320	320
Outros passivos		5	-
Total do passivo não circulante		189.902	183.994
Total do passivo		239.429	257.013
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	15	31.700	31.700
Reserva Legal		6.340	6.340
Reserva de lucros		44.555	44.555
Lucros acumulados		14.147	-
Total do patrimônio líquido		96.742	82.595
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		336.171	339.608

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

ONM HEALTH S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO 2026 E 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Período de seis meses findo em		Período de três meses findo em	
		30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Receita líquida dos serviços prestados	16	72.533	69.651	44.216	41.900
Custo de serviço prestado	17	(30.227)	(30.579)	(15.494)	(15.287)
LUCRO BRUTO		42.306	39.072	28.722	26.613
DESPESAS OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	17	(11.315)	(9.918)	(5.181)	(5.079)
Outras receitas (despesas) operacionais		261	344	124	222
		(11.054)	(9.574)	(5.057)	(4.857)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		31.252	29.498	23.665	21.756
Receita financeira	18	454	605	186	363
Despesa financeira	18	(9.193)	(11.214)	(4.936)	(6.265)
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO		(8.739)	(10.609)	(4.750)	(5.902)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		22.513	18.889	18.915	15.854
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Corrente	19	(1.921)	(2.321)	(238)	(1.184)
Diferido	19	(6.445)	(5.159)	(6.656)	(4.916)
		(8.366)	(7.480)	(6.894)	(6.100)
LUCRO DO PERÍODO		14.147	11.409	12.021	9.754
Resultado básico e diluído por ação	20	0,45	0,36	0,38	0,31

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

ONM HEALTH S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO 2026 E 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Período de seis meses findo em		Período de três meses findo em	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Lucro do período	14.147	11.409	12.021	9.754
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	14.147	11.409	12.021	9.754

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

ONM HEALTH S.A

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Reserva de Lucros				Total patrimônio Líquido
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	31.700	6.340	34.682	-	72.722
Lucro líquido no período	-	-	-	11.409	11.409
Constituição de dividendos intercalares	-	-	(2.982)	-	(2.982)
Saldos em 30 de Junho de 2025	31.700	6.340	31.700	11.409	81.149
Saldo em 31 de dezembro de 2025	31.700	6.340	44.555	-	82.595
Lucro líquido no período	-	-	-	14.147	14.147
Saldos em 30 de junho de 2026	31.700	6.340	44.555	14.147	96.742

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

ONM HEALTH S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO 2026 E 2025
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	30/06/2026	30/06/2025
Atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		22.513	18.889
Ajustes para reconciliar o resultado com o caixa gerado pelas atividades operacionais			
Depreciação e amortização	17	507	235
Apropriação custo de captação de financiamentos e debêntures	12 e 13	295	338
Juros financiamentos e arrendamentos	12 e 13	6.405	6.965
Atualização monetária debêntures	18	2.093	2.203
Atualização monetária do ativo financeiro da concessão	16	(30.885)	(30.310)
Outros		1	-
		929	(1.680)
Variações no capital de giro:			
Contas a receber	4	(1.372)	(592)
Impostos a recuperar	5	(843)	542
Ativo financeiro da concessão	6	24.753	23.791
Fornecedores e prestadores de serviços	9	(1.886)	165
Obrigações trabalhistas		(560)	(144)
Impostos a recolher	10	1.928	(1.059)
Outras ativos e passivos		(80)	(25)
Caixa proveniente das atividade operacionais		22.869	20.998
Pagamento de juros sobre financiamento, debêntures e arrendamentos	12 e 13	(6.450)	(7.147)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		16.419	13.851
Atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado		(69)	(16)
Aquisições - ativo financeiro (custo de obra)	6	(1.284)	(1.689)
Caixa consumido pelas atividades de investimentos		(1.353)	(1.705)
Atividades de financiamentos			
Operação Confirming	9	(214)	2.106
Pagamento de financiamentos, arrendamentos e debêntures	12 e 13	(8.993)	(8.473)
Pagamento de dividendos	15	(16.500)	-
Caixa consumido pelas atividades de financiamentos		(25.707)	(6.367)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(10.641)	5.779
Caixa e equivalentes no início do período		22.348	7.946
Caixa e equivalentes no final do período		11.707	13.725
Variação do caixa e equivalentes		(10.641)	5.779

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

**NOTA EXPLICATIVA ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2026
(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A ONM Health S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Belo Horizonte (MG). A Companhia tem como objeto social, exclusivamente, a prestação de serviços de apoio não assistenciais à gestão e operação do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro (“Hospital” ou HMDCC), inaugurado em 10 de dezembro de 2015 através de parceria público-privada.

Contrato de Concessão

A Companhia assinou, em 26 de março de 2012, o Contrato de Concessão Administrativa nº 04.00125210.34 para realização de serviços e obras de engenharia e prestação de serviços de apoio não assistenciais ao funcionamento do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro, junto à Prefeitura de Belo Horizonte, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde. O contrato delega à Companhia, por meio de concessão administrativa, a execução das obras da Fase II e dos serviços não assistenciais do Hospital, pelo prazo de 20 anos.

A Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam:

Prestar atividades de apoio não assistenciais ao funcionamento do Hospital, que integram o objeto da Concessão, conforme disposto no Anexo 5 do Contrato de Concessão; efetuar manutenção corretiva e preventiva dos bens vinculados (bens utilizados na execução dos serviços) de modo a conservá-los em condições adequadas de uso e incorporar inovações tecnológicas supervenientes à celebração do contrato, que possibilitem o melhor atendimento aos usuários, o incremento da preservação do meio ambiente ou a redução dos custos na execução dos serviços.

Em 15 de junho de 2026 e 16 de junho de 2026, foram celebrados com Município de Belo Horizonte, o Termo de Autocomposição e 18º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão respectivamente, mediante acordo entre as Partes do Processo Arbitral, através de Reequilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato, via incremento de prazo da Concessão, sendo este, estendido em 1.470 dias, com término de vigência agora projetada para 23 de abril de 2039.

Tal evento não implica redução de receitas da concessão, não afeta os direitos creditórios cedidos fiduciariamente, não reduz as garantias constituídas em favor dos credores e não configura hipótese de inadimplemento ou vencimento antecipado das dívidas.

2 APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstrações Intermediárias, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

Detalhes sobre a consistência das práticas contábeis materiais da Companhia estão descritas na nota explicativa 2 às demonstrações financeiras anuais. Estas informações financeiras intermediárias não incluem todos os requerimentos de demonstrações financeiras anuais e, dessa forma, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras da Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Deste modo, estas informações financeiras intermediárias incluem notas explicativas selecionadas e não contemplam todas as notas explicativas apresentadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Abaixo estão relacionadas certas notas explicativas que não trouxeram alterações relevantes no período, se comparadas com a posição de 31 de dezembro de 2025, e que em virtude disso não estão sendo apresentadas ou estão sendo apresentadas de forma sumarizada.

- Sumário das práticas contábeis materiais (Nota 2)

2.2. Base de elaboração

As informações financeiras intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços, quando tais transações são originadas.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

2.3 Continuidade operacional

A Administração avalia constantemente a lucratividade das operações e posição financeira da Companhia e tem, na data da aprovação das informações financeiras intermediárias, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para a sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto aplicou-se a base contábil de continuidade operacional na elaboração das informações financeiras intermediárias.

2.4 Moeda funcional e de apresentação

As informações financeiras intermediárias são apresentadas em Milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas informações financeiras intermediárias foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma (os saldos em dólares e em outras moedas, quando aplicáveis, também são apresentados em milhares).

3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A composição do saldo apresentado como caixa e equivalentes de caixa é como segue:

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Bancos	7.170	1.635
Aplicações financeiras de liquidez imediata (a)	4.537	20.713
	<u>11.707</u>	<u>22.348</u>

- (a) As aplicações financeiras referem-se substancialmente a investimentos em Certificado de Depósito Bancário (CDB) remunerados uma taxa média de aproximadamente 99% do CDI em 30 de junho de 2026 (100% do CDI em 31 de dezembro de 2025).

Estas aplicações são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e possuem liquidez diária, não estando sujeitas a risco significativo de mudança de valor e possuem vencimentos inferiores a três meses da data de contratação, logo, são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2).

4 CONTAS A RECEBER

Referem-se à contraprestação junto ao poder concedente, com vencimento mensal, que a Companhia passou a fazer jus mediante ao início das operações do Hospital e demais receitas acessórias previstas no contrato de concessão.

	30/06/2026	31/12/2025
Contraprestação pública	12.675	11.314
Receitas acessórias	68	57
	12.743	11.371

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. A Companhia entende que suas contas a receber representam direitos a receber adquiridos em contrapartida à conclusão ou atendimento de suas obrigações e direitos contratuais e, portanto, não reconhece nenhum impacto de perda sobre estes saldos.

O saldo a receber, classificado pelos prazos de vencimento em 30 de junho de 2026 e 31 dezembro de 2025, está distribuído conforme demonstrado a seguir:

	30/06/2026	31/12/2025
Valores a vencer	12.675	11.314
Vencidos		
De 1 a 30 dias	14	18
Acima de 360 dias	54	39
	12.743	11.371

5 IMPOSTOS A RECUPERAR

Os saldos de impostos a recuperar podem ser assim demonstrados:

	30/06/2026	31/12/2025
PIS/COFINS (a)	486	492
IRPJ/CSLL (b)	-	457
IRRF (c)	3.407	4.294
Outros	448	447
	4.341	5.690
Circulante	1.537	2.777
Não circulante	2.804	2.913

(a) Referem-se a créditos de PIS e COFINS decorrentes da fase de construção e operação do Hospital. Tais créditos serão consumidos ao longo do contrato de concessão à medida em que as receitas advindas da realização deste contrato ocorrerem e, por consequência, gerar os respectivos débitos tributários.

(b) Refere-se ao saldo Negativo de IRPJ e Base Negativa de CSLL apurado.

(c) IRRF sobre aplicações financeiras e prestações de serviços.

6 ATIVO FINANCEIRO

Refere-se às parcelas de valores a receber decorrentes dos contratos de concessão assinados junto ao Poder Concedente, o qual é a Prefeitura de Belo Horizonte. O Contrato de Concessão foi classificado como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa diretamente do Poder Concedente, pela execução das obras da Fase II do Hospital, pelo prazo de 20 anos, decorrente da aplicação das interpretações técnicas ICPC 01 (R1) - Contrato de Concessão e CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. A Companhia espera manter o ativo durante todo seu prazo de concessão para receber os fluxos de caixa contratualmente estabelecidos.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em 26 de março de 2012 a Companhia celebrou com o município de Belo Horizonte, por meio da Secretaria Municipal de Saúde (Poder Concedente), Contrato de Concessão Administrativa, sob a forma de Parceria Público-Privada, para a execução das obras de engenharia (Fase II) e prestação de serviços de apoio não assistenciais ao funcionamento do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro.

As movimentações do ativo financeiro no período findo em 30 de junho de 2026 e de 2025, são como segue:

Saldo em 01 de janeiro de 2025	291.013
Adições	1.689
Recebimento	(23.791)
Atualização monetária do ativo financeiro (a)	30.310
Saldo em 30 de junho de 2025	299.221
Circulante	49.408
Não circulante	249.813
Saldo em 01 de janeiro de 2026	294.766
Adições	1.284
Recebimento	(24.753)
Atualização monetária do ativo financeiro (a)	30.885
Saldo em 30 de junho de 2026	302.182
Circulante	42.565
Não circulante	259.617

(a) Atualização do ativo financeiro constituído no âmbito da concessão, reconhecida no resultado do período.

A Companhia apresentou um ativo financeiro no montante de R\$302.182 em 30 de junho de 2026 (R\$299.221 em 30 de junho de 2025) representando o valor atual dos pagamentos mínimos anuais que remuneram a concessão.

A Companhia reconhece mensalmente a remuneração sobre o saldo do ativo financeiro apurado no mês anterior. Esse saldo é atualizado pela taxa de 10,75% ao ano, em conformidade com as disposições do Contrato de Concessão.

Adicionalmente, o saldo do ativo financeiro é atualizado anualmente com base na cesta de índices de reajuste prevista no contrato de concessão. Esse reajuste foi de 5,47% em 2025 e 5,21% para o ano de 2026.

Desta forma, as atualizações monetárias e remuneração sobre saldo do ativo financeiro incorridos no período findo em 30 de junho de 2026 foram de R\$30.885 (R\$30.310 em 30 de junho de 2025), registrados como receita de remuneração do ativo financeiro. Considerando as características contratuais e o modelo de negócio para manutenção deste ativo financeiro, a Companhia o classifica como ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, de acordo com o CPC 48 item 4.1.2.

Para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026 a Companhia avaliou e concluiu que não há nenhum indicativo de impairment no ativo financeiro.

7 IMOBILIZADO

A movimentação do imobilizado, para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026 e de 2025 é demonstrada abaixo:

Imobilizado	Taxa anual de depreciação	31/12/2025	Adições	30/06/2026
Custo				
Instalações	10%	27	-	27
Computadores e periféricos	20%	348	58	406
Mobiliário	10%	420	11	431
Máquinas e equipamentos hospitalares (a)	10%	3.178	-	3.178
		3.973	69	4.042
Depreciação				
Instalações		(10)	(2)	(12)
Computadores e periféricos		(251)	(16)	(267)
Mobiliário		(199)	(19)	(218)
Máquinas e equipamentos hospitalares (a)		(1.591)	(157)	(1.748)
		(2.051)	(194)	(2.245)
Imobilizado líquido		1.922	(125)	1.797

Imobilizado	taxa anual de depreciação	31/12/2024	Adições	30/06/2025
Custo				
Instalações	10%	23	-	23
Computadores e periféricos	20%	298	10	308
Mobiliário	10%	408	5	413
Máquinas e equipamentos hospitalares (a)	10%	3.178	-	3.178
		3.907	16	3.922
Depreciação				
Instalações		(8)	(2)	(10)
Computadores e periféricos		(209)	(26)	(235)
Mobiliário		(161)	(18)	(179)
Máquinas e equipamentos hospitalares (a)		(1.277)	(157)	(1.434)
		(1.655)	(203)	(1.858)
Imobilizado líquido		2.252	(188)	2.064

- (a) Visando assumir a operação das Farmácias Satélites do Hospital, conforme estabelecido no 9º Termo Aditivo, a Companhia adquiriu, em 2020, sistema de dispensação automática de medicamentos e materiais através de Dispensários Eletrônicos, não previstos originalmente no Contrato de Concessão, e não essenciais para a operação. Por isto, a Administração entende que tais valores são considerados como ativo imobilizado e não serão revertidos ao final da concessão.

Avaliação do valor recuperável de ativos – “impairment”

Nos períodos apresentados, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do ativo imobilizado ao seu valor de recuperação.

8 DIREITO DE USO

A movimentação dos saldos do direito de uso durante os períodos de seis meses findo em 30 de junho de 2026 e 2025 é demonstrada abaixo:

Direito de uso	31/12/2025	Adições	30/06/2026
Custo			
Software	61	-	61
Direito de uso – Data Center (i)	3.702	-	3.702
Outros - Direito de uso	268	-	268
	4.031	-	4.031
Amortização			
Software	(61)	-	(61)
Direito de Uso - Data Center	(1.272)	(291)	(1.563)
Outros - Direito de uso	(247)	(22)	(269)
	(1.580)	(313)	(1.893)
Direito de uso líquido	2.451	(313)	2.138
Direito de uso	31/12/2024	Adições	30/06/2025
Custo			
Software	61	-	61
Direito de Uso - Data Center (i)	786	2.915	3.701
Outros - Direito de uso	268	-	268
	1.115	2.915	4.030
Amortização			
Software	(53)	(5)	(58)
Direito de Uso - Data Center	(786)	-	(786)
Outros - Direito de uso	(193)	(26)	(219)
	(1.032)	(31)	(1.063)
Direito de uso líquido	83	2.884	2.967

- (i) Em 01 de março de 2025 foi celebrado junto a HP Financial Services o contrato de arrendamento mercantil no valor de R\$2.915, para aquisição de equipamentos de Data Center.

9 FORNECEDORES

Os saldos devidos a fornecedores correspondem substancialmente ao fornecimento de prestação de serviços gerais necessários a operação do hospital administrado pela Companhia, conforme comentado na nota explicativa nº 1. A segregação entre as naturezas dos fornecedores da Companhia pode ser assim detalhada:

	30/06/2026	31/12/2025
Operação confirming (a)	9.177	9.421
Ajuste valor presente – confirming	(459)	(489)
Fornecedores – terceiros	10.451	12.337
	19.169	21.269

A Companhia coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados. Ver detalhes na nota explicativa nº 23.

- (a) A Companhia mantém convênios de confirming com instituições financeiras para gestão de seus compromissos junto a fornecedores estratégicos. Nessas operações, os fornecedores cedem seus direitos de recebimento às instituições financeiras, que realizam o pagamento antecipado dos títulos mediante aplicação de uma taxa de desconto, passando a ser credoras da operação até a liquidação final pela Companhia, mantidos os prazos e valores originalmente pactuados.

As operações de confirming possuem condições comerciais específicas e, por essa razão, são classificadas como atividades de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Após revisão da composição da carteira, a Administração concluiu que não houve alteração nos prazos ou nas demais condições contratuais das obrigações com fornecedores. O principal objetivo dessas operações é oferecer aos fornecedores uma alternativa de antecipação de seus recebíveis, sem modificação substancial das condições comerciais originalmente estabelecidas com a Companhia.

Movimentação Operação Confirming

	31/12/2025	Adições	Baixas	30/06/2026
Operação Confirming	8.932	12.196	(12.410)	8.718
Total	8.932	12.196	(12.410)	8.718

	31/12/2024	Adições	Baixas	30/06/2025
Operação Confirming	6.451	11.681	(9.575)	8.557
Total	6.451	11.681	(9.575)	8.577

10 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Os montantes a recolher de impostos e contribuições são originados das operações de serviços de concessão e demais receitas, conforme detalhado na nota explicativa nº 16. A composição dos impostos e contribuições a recolher é assim demonstrada:

	30/06/2026	31/12/2025
PIS a recolher	209	159
COFINS a recolher	551	851
ISS a recolher	180	205
PIS diferido (a)	3.619	3.344
COFINS diferido (a)	16.432	15.166
ISS diferido (a)	15.110	14.739
Outros impostos	1.120	830
Total	37.221	35.294
Circulante	2.060	9.272
Não circulante	35.161	26.021

(a) A parcela dos impostos diferidos a recolher classificada no passivo não circulante representa a expectativa de liquidação destes tributos ao longo de todo o prazo da concessão, que, atualmente, está previsto para se encerrar em 2035. Tais impostos são devidos somente à medida em que ocorrem os recebimentos financeiros das contraprestações relacionadas à realização do ativo financeiro.

11 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECOLHER

Os saldos de imposto de renda e contribuição social a recolher, originados da apuração do lucro líquido tributável da Companhia, estão demonstrados a seguir:

	30/06/2026	31/12/2025
IRPJ a recolher	-	-
CSLL a recolher	65	227
	65	227

Conciliação IRPJ e CSLL a recolher

	IRPJ	CSLL	Total
Saldo a Pagar 31/12/2025	-	227	227
Provisão	1.409	512	1.921
Compensação	(1.409)	(674)	(2.083)
Saldo a Pagar 30/06/2026	-	65	65

12 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A composição dos saldos de obrigações com financiamentos, em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, é demonstrada a seguir. Todos os financiamentos captados pela Companhia foram realizados na moeda Real (R\$). Na nota explicativa nº 23, encontra-se a análise de sensibilidade realizada sobre a exposição ao risco de variação nas taxas de juros às quais a Companhia encontra-se exposta.

Instituição financeira	Modalidade	Data da captação	Data de vencimento	Juros e encargos (a.a.)	Valor captado	Posição em	
						30/06/2026	31/12/2025
BDMG	Financiamento com garantia	20/08/2021	25/08/2031	SELIC + 4,74%	75.000	42.509	46.563
HP FINANCIAL	Financiamento de ativo fixo	01/03/2025	17/02/2030	14,79%	2.915	2.138	2.429
					77.915	44.647	48.992
Circulante						10.250	8.760
Não Circulante						34.397	40.232

A movimentação dos financiamentos da Companhia nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025, é como segue:

Instituição financeira	31/12/2025	Principal			Juros e encargos		30/06/2026
		Adições	Custo de Transação Líquido	Pagamentos	Adições	Pagamentos	
BDMG	46.563	-	128	(4.167)	4.072	(4.087)	42.509
	46.563	-	128	(4.167)	4.072	(4.087)	42.509

Instituição financeira	31/12/2024	Principal			Juros e encargos		30/06/2025
		Adições	Custo de Transação Líquido	Pagamentos	Adições	Pagamentos	
BDMG	54.626	-	151	(4.167)	4.591	(4.603)	50.599
	54.626	-	151	(4.167)	4.591	(4.603)	50.599

Arrendamentos:

Os montantes apresentados na modalidade de arrendamentos de ativo fixo referem-se a captações para financiar a aquisição de ativos financeiros realizadas através de operações de arrendamento mercantil. Nesta categoria de financiamento, os próprios ativos adquiridos são dados em garantia à dívida.

Instituição financeira	Modalidade	Data da captação	Data de vencimento	Valor captado	Posição em	
					30/06/2026	31/12/2025
HP FINANCIAL	Arrendamento	01/03/2025	17/02/2030	2.915	2.138	2.429
				2.915	2.138	2.429
Circulante					583	583
Não Circulante					1.555	1.846

A movimentação dos arrendamentos da Companhia nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025, é como segue:

Instituição financeira	31/12/2025	Principal			Juros e encargos		30/06/2026
		Adições	Custo de Transação Líquido	Pagamentos	Adições	Pagamentos	
HP FINANCIAL 3	2.429	-	-	(291)	123	(123)	2.138
	2.429	-	-	(291)	123	(123)	2.138

Instituição financeira	31/12/2024	Principal			Juros e encargos		30/06/2025
		Adições	Custo de Transação Líquido	Pagamentos	Adições	Pagamentos	
HP FINANCIAL 3	-	2.915	-	(194)	-	-	2.721
	-	2.915	-	(194)	-	-	2.721

Em 30 de junho de 2026, o saldo classificado no passivo não circulante tem os seguintes vencimentos:

2027	4.365
2028	8.766
2029	8.813
Acima de 2029	12.453
	34.397

12.1 Covenants

Os contratos de dívida junto ao Banco BDMG e os instrumentos que regem o certificado de recebível imobiliário (aqui representados pela debênture que lastreia a operação descrita nesta nota explicativa) contêm cláusulas de covenants financeiros que busca manter o patamar de certos índices financeiros conforme estabelecido em contrato.

O Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) deve ser igual ou superior a 1,3, sendo apurado semestralmente com lastro nos valores acumulados nos últimos doze meses, conforme demonstrado nas demonstrações financeiras da Companhia. Caso deixe de atingir o ICSD exigido, a Companhia terá o prazo de 6 meses para comprovar o reestabelecimento do referido índice.

Em 30 de junho de 2026 e em 31 de dezembro de 2025, a Companhia cumpriu com os índices financeiros.

Índice	Limite	12 meses findo em	
		30/06/2026	31/12/2025
Geração operacional de caixa (*) / Serviço da dívida (**)	Maior que 1,3	1,6118	1,8739

(*) Geração de caixa operacional corresponde a soma do caixa líquido gerado nas operações e o custo de obra, relativo aos 12 últimos meses.

(**) O serviço da dívida corresponde ao pagamento de principal de financiamento e pagamento de juros de financiamento, deduzido dos efeitos de substituição das dívidas, relativo aos 12 últimos meses.

13 DEBÊNTURES E ENCARGOS FINANCEIROS

Em 20 de agosto de 2021, a Companhia realizou a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, no montante de R\$60.000 (sessenta milhões de reais). Essas debêntures serviram de lastro para operação de securitização, por meio da qual a Virgo Companhia de Securitização emitiu Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI).

As debêntures possuem prazo de 10 anos, remuneração correspondente a IPCA + 7,36% ao ano e carência de 12 meses para amortização do principal.

Os recursos captados foram integralmente destinados ao pagamento das despesas diretamente relacionadas às obras de expansão, desenvolvimento, reforma e manutenção do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro, ativo objeto do Contrato de Concessão da Companhia.

A operação conta com carta fiança como garantia, no valor equivalente a três parcelas vincendas da dívida, em benefício dos titulares do CRI perante a Virgo Companhia de Securitização.

Adicionalmente, a operação conta com as seguintes garantias reais:

- (i) cessão fiduciária dos direitos creditórios correspondentes a três contraprestações mensais previstas no Contrato de Concessão;
- (ii) penhor dos direitos creditórios decorrentes do “Contrato de Penhor”, conforme Contrato de Concessão; e
- (iii) alienação fiduciária das ações da Companhia detidas pela Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.

A operação é regida, entre outros, pelos seguintes instrumentos: (i) Contrato de Distribuição; (ii) Escritura de Emissão de Debêntures; (iii) Escritura de Emissão dos Certificados de Recebíveis Imobiliários; (iii) Termo de Securitização; (iv) Contrato de Cessão Fiduciária; e (v) Contrato de Alienação Fiduciária, incluindo todos os seus anexos e aditamentos.

O montante total do principal está apresentado líquido dos custos com a emissão das debêntures, conforme previsto no pronunciamento técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.

Modalidade	Data da captação	Data de vencimento	Juros e encargos (a.a.)	Valor captado	Posição em	
					36/06/2026	31/12/2025
Debentures	13/09/2021	15/08/2031	IPCA + 7,36%	60.000	62.495	64.800
Circulante (Principal)					11.055	9.645
Circulante (Custo emissão debentures)					(305)	(329)
					10.750	9.316
Não circulante (Principal)					52.263	56.144
Não circulante (custo emissão debentures)					(518)	(660)
					51.745	55.484

Segue abaixo as movimentações das debêntures ocorridas no período de 2026 e 2025.

Debêntures	31/12/2025	Principal	Juros e encargos		30/06/2026
		Pagamentos	Adições	Pagamentos	
Debêntures emitidas	48.848	(4.535)	-	-	44.313
Juros Contrato	16.941	-	4.303	(2.240)	19.004
Custo com emissão debentures	(989)	-	167	-	(822)
	64.800	(4.535)	4.470	(2.240)	62.495
Debêntures	31/12/2024	Principal	Juros e encargos		30/06/2025
		Pagamentos	Adições	Pagamentos	
Debêntures emitidas	54.998	(3.015)	-	-	51.983
Juros contrato	14.048	-	4.576	(2.544)	16.080
Custo com emissão debentures	(1.363)	-	187	-	(1.176)
	67.683	(3.015)	4.763	(2.544)	66.887

Não há covenants financeiros para essas debêntures e, mesmo para os covenants não financeiros existentes, a Companhia se encontra adimplente em 30 de junho 2026.

14 PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

As provisões para riscos trabalhistas refletem a opinião de assessores jurídicos, no sentido de que a Companhia incorre em risco provável de perda em certos pleitos trabalhistas. Tais processos estão relacionados essencialmente a pleitos para pagamento de adicional de insalubridade, horas extras e seus respectivos encargos sociais. Sempre que uma decisão judicial integral ou parcialmente favorável à Companhia, a diferença entre o valor provisionado e o valor efetivamente devido é estornado no resultado do exercício em que tal decisão for proferida.

A movimentação das provisões para riscos trabalhistas e administrativos para os períodos de seis meses findo em 30 de junho de 2026 e 2025, pode ser assim demonstrada:

	31/12/2025	Provisão	Reversão	30/06/2026
Administrativa	320	-	-	320
Total	320	-	-	320
	31/12/2024	Provisão	Reversão	30/06/2025
Administrativa	320	-	-	320
Total	320	-	-	320

No que tange as provisões de perdas decorrentes dos processos de natureza administrativa, relacionados a prestação de serviços da Concessionária informamos o montante de R\$320, em 30 de junho de 2026 (R\$320 em 30 de junho de 2025).

A Companhia possui ações de natureza trabalhista e cíveis que não estão provisionados, pois envolvem risco de perda classificado por seus assessores legais como possível. Em 30 de junho de 2026 o saldo aproximado é de R\$320 (R\$320 em 30 de junho de 2025).

15 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 o capital social é composto conforme apresentado abaixo:

Acionistas	30/06/2026			31/12/2025		
	Ações (ON)	Participação (R\$)	Participação (%)	Ações (ON)	Participação (R\$)	Participação (%)
OPY Healthcare gestão de ativos e investimentos S.A.	31.700.000	31.700.000	100,00%	31.700.000	31.700.000	100,00%
	31.700.000	31.700.000	100,00%	31.700.000	31.700.000	100,00%

Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio

O Estatuto Social e a legislação societária preveem distribuição de dividendos de, no mínimo, 25% do lucro líquido anual ajustado. Caso este limite não tenha sido atingido pelas remunerações, no final do exercício é registrada provisão no montante do dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído. Os dividendos superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido, quando deliberados pela Administração da Companhia.

Em 07 de janeiro de 2026 foi aprovado em ato societário, o pagamento de dividendos intermediários no montante R\$14.000, nos termos do artigo 25º do Estatuto Social da Companhia, valor esse referente a lucros da companhia auferidos no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2025, que foram pagos na mesma data.

Em 28 de abril de 2026 foi aprovado em ato societário, o pagamento de dividendos no montante de R\$2.500, nos termos do artigo 25º do Estatuto Social da Companhia, valor esse referente a lucros acumulados, que foram pagos no dia 29 de abril de 2026.

A composição dos saldos a título de dividendos e juros sobre capital próprio registrados no patrimônio líquido está demonstrada no quadro abaixo:

Passivo circulante	30/06/2026	31/12/2025
Saldo inicial	21.905	14.638
Constituição dividendos intermediários	-	2.982
Dividendos pagos	(16.500)	-
Constituição dividendos mínimos obrigatórios	-	4.285
Saldo final	5.405	21.905

Reserva de lucros

Reserva Legal

De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é optativa quando a reserva legal somada às reservas de capital, superam em 30% o capital social. Essa reserva pode ser utilizada para aumento de capital ou absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída a título de dividendos.

Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros representa o lucro líquido não distribuído após constituição de reserva legal e cálculo dos dividendos obrigatórios. Conforme estatuto, estes valores aguardam deliberação e assembleia para sua destinação.

16 RECEITA LÍQUIDA DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A conciliação entre a receita bruta da Companhia e a receita líquida apresentada na demonstração de resultados, pode ser assim demonstrada:

	Período de seis meses findo em		Trimestre findo em	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Receita de Operação (i)	51.971	48.896	26.964	24.972
Receita de Remuneração do Ativo da Concessão (ii)	30.885	30.310	23.368	22.878
Receita de Construção (iii)	1.284	1.689	972	819
Outras Receitas	21	14	7	8
Receita bruta	84.161	80.909	51.311	48.677
PIS	(1.324)	(1.287)	(808)	(747)
COFINS	(6.097)	(5.926)	(3.722)	(3.596)
ISSQN	(4.207)	(4.045)	(2.565)	(2.434)
Impostos sobre serviços	(11.628)	(11.258)	(7.095)	(6.777)
Receita líquida	72.533	69.651	44.216	41.900

- (i) Receita de Operação e Manutenção sobre operacionalização dos serviços correspondentes ao gerenciamento e fiscalização da operação e manutenção dos serviços não assistenciais do Hospital tais como, lavanderia, nutrição, portaria, telefonia, vigilância, esterilização, limpeza, manutenção predial, informática e manutenção de equipamentos. A receita de desenvolvimento da infraestrutura está relacionada apenas à construção do hospital, de modo que fora reconhecida no resultado à medida da conclusão da obra.
- (ii) É composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das infraestruturas hospitalares) conforme divulgado na nota explicativa 6 – Ativo financeiro.
- (iii) As receitas relacionadas aos serviços de construção ou melhoria sobre o contrato de concessão são reconhecidas com base no estágio e conclusão da obra realizada, em conformidade com a política contábil para reconhecimento de receita sobre contrato de concessão baseada no ICPC -01 (R1) e OCPC-05.

17 CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A segregação e composição dos custos e despesas por natureza são como segue:

	Período de seis meses findo em		Trimestre findo em	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Materiais e serviços de concessão	(29.033)	(29.036)	(14.611)	(14.524)
Materiais e serviços de obra	(1.101)	(1.444)	(833)	(689)
Gasto com pessoal	(5.522)	(4.207)	(2.054)	(1.991)
Serviços de terceiros	(5.183)	(5.286)	(2.843)	(2.839)
Materiais	(99)	(113)	(67)	(106)
Despesa Tributária	(2)	(69)	37	(38)
Aluguéis	(89)	(107)	(47)	(62)
Depreciação e amortização	(507)	(235)	(251)	(117)
Outras	(6)	-	(6)	-
	(41.542)	(40.497)	(20.675)	(20.366)
Custo de serviço prestado	(30.227)	(30.579)	(15.494)	(15.287)
Despesas gerais e administrativas	(11.315)	(9.918)	(5.181)	(5.079)

18 RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

O resultado financeiro é substancialmente representado pelo valor líquido resultante dos juros recebidos através de aplicações financeiras e os juros apropriados aos contratos de dívida assumidos pela Companhia e pode ser assim composto:

	Período de seis meses findo em		Trimestre findo em	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Receitas financeiras				
Rendimento sobre aplicações financeiras	164	275	74	175
Outras receitas financeiras	290	330	112	189
	454	605	186	364
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos	(6.701)	(7.385)	(3.272)	(3.764)
Atualização monetária	(2.092)	(2.203)	(1.354)	(1.129)
Outras despesas financeiras	(400)	(1.626)	(310)	(1.372)
	(9.193)	(11.214)	(4.936)	(6.265)
Resultado financeiro, líquido	(8.739)	(10.609)	(4.750)	(5.902)

19 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos, registrado no balanço patrimonial, é como segue:

	30/06/2026	31/12/2025
Passivo		
Diferimento de receita	(68.274)	(61.937)

A despesa de imposto de renda e contribuição social do período pode ser conciliada com o lucro contábil, conforme a seguir:

	30/06/2026	30/06/2025
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	22.513	18.889
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(7.654)	(6.422)
Adições / Exclusões permanentes	(712)	(1.058)
	(712)	(1.058)
Total do imposto de renda e contribuição social efetivos apurados	(8.366)	(7.480)
Imposto de renda e contribuição social:		
Corrente	(1.921)	(2.321)
Diferido	(6.445)	(5.159)
	(8.366)	(7.480)
Alíquota Efetiva	37,16%	39,60%

20 RESULTADO POR AÇÃO

Conforme requerido pelo CPC 41 – Resultado por ação, a Companhia deve calcular o lucro básico e diluído por ação, considerando o lucro líquido atribuível aos acionistas dividido pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício.

Em 30 de junho de 2026 e de 2025, a Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado básico por ação. Desta forma, não há diferenciação entre o resultado diluído e o resultado básico por ação.

Os cálculos dos resultados por ação dos períodos de 30 de junho de 2026 e de 2025 podem ser assim demonstrados:

	30/06/2026	30/06/2025
Numerador		
Resultado líquido do período	14.147	11.409
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	31.700	31.700
Resultado básico e diluído por ação atribuída aos acionistas por ação ordinária	0,45	0,36

21 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação.

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, não gerando qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia. Conforme os conceitos definidos no referido pronunciamento do CPC. As transações mantidas com partes relacionadas são detalhadas nos itens a seguir:

	<u>Custo dos serviços prestados</u>	
	<u>30/06/2026</u>	<u>30/06/2025</u>
Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A (i)	(3.106)	(2.894)
Opy Serviços Hospitalares S.A (i)	(1.192)	(1.520)
	<u>(4.298)</u>	<u>(4.415)</u>

- (i) Total incorrido com prestação de serviços administrativos e gestão estratégica realizados pela controladora do grupo e despesas compartilhadas que são contratadas pela Opy Holding e Opy Serviços (por questões comerciais e/ou de diretriz estratégica) e posteriormente rateadas para os ativos conforme contrato estabelecido.

	<u>Dividendos propostos a pagar</u>	
	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A (i)	-	4.285
Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A (ii)	5.405	17.620
	<u>5.405</u>	<u>21.905</u>

- (i) O valor de R\$4.285 refere-se aos dividendos mínimos obrigatórios, referente ao exercício de 2025.
(ii) O valor de R\$17.620 refere-se a dividendos intercalares ainda não distribuídos.

Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração paga ao pessoal-chave da administração, por serviços prestados, refere-se a benefícios de curto prazo, essencialmente salários e pró-labore, no montante de R\$686 no período findo em 30 de junho de 2026 e R\$833 no exercício findo em 30 de junho de 2025. Não houve pagamentos realizados diretamente pela Companhia de tais benefícios para os mesmos exercícios.

22 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas Informações financeiras intermediárias da Companhia.

Valor justo de instrumentos financeiros e hierarquia do valor justo

O CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação, define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a Companhia considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“*non performance risk*”) ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 (R1) estabelece uma hierarquia de três níveis (nível 1, 2 e 3) a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no nível de “*input*” significativo para sua mensuração, onde os instrumentos classificados como nível 1 são aqueles que dispõem de “*inputs*” baseados em preços praticados em mercado ativo para instrumentos idênticos, sem que a Companhia tenha poder de ajustar tais preços, enquanto aqueles classificados como nível 3 são aqueles para os quais os “*inputs*” de precificação de mercado são raros ou inexistentes e que dependem de maior aplicação de julgamento da Companhia para definição de seu valor justo. Os de nível 2 são aqueles com níveis de “*input*” que não se enquadram completamente nem no nível 1, nem no nível 3.

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, os principais ativos e passivos financeiros em 30 de junho de 2026 e de 2025. Os ativos e passivos financeiros da Companhia reconhecidos através do valor justo, não apresentam diferença significativa para seus valores contábeis.

Para aqueles ativos e passivos financeiros registrados a valor justo, demonstramos também os respectivos níveis de hierarquia do valor justo:

30/06/2026			
	Valor Contábil		Valor Justo
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
			Nível 1
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	-	11.707	11.707
Contas a receber de clientes	-	12.743	12.743
Ativo financeiro	-	302.182	302.182
	-	326.632	326.632
Passivos			
Empréstimos e financiamentos	-	44.647	44.647
Debêntures	62.495	-	62.495
Dividendos propostos	-	5.405	5.405
Fornecedores	-	19.021	19.021
	62.495	69.073	131.568
			63.531

31/12/2025			
	Valor Contábil		Valor Justo
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Nível 1
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	-	22.348	22.348
Contas a receber de clientes	-	11.371	11.371
Ativo financeiro	-	294.766	294.766
	-	328.485	328.485
Passivos			
Empréstimos e financiamentos	-	48.992	48.992
Debentures	64.800	-	64.800
Dividendos propostos	-	21.905	21.905
Fornecedores	-	21.269	21.269
	64.800	27.366	156.966
			66.009

23 GERENCIAMENTO DE RISCOS

Exposição a riscos financeiros

Os mapeamentos de riscos foram segregados em quatro categorias: (a) Risco de capital é o risco da Companhia garantir a sua continuidade e dos seus negócios em longo prazo, dentro dessa ótica a Companhia deve ser capaz de gerar valor aos seus acionistas através de pagamento de dividendos e ganho de capital, e ao mesmo tempo manter um perfil de dívida adequado às suas atividades (b) Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio e taxas de juros irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo de gerenciar esse risco controlar as exposições de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. (c) Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro; (d) Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Risco de capital

A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Companhia. Como parte dessa revisão, a Administração considera sua estrutura de capital, em especial a curva futura de realização de seu ativo financeiro e seus passivos financeiros de financiamento, para mapear a gestão do risco no longo prazo.

Dessa forma, a Companhia avalia, com base em sua posição atual, quais seriam os saldos totais de sua dívida ou caixa líquido sobre o patrimônio líquido, considerando que todo o ativo financeiro será realizado, bem como todo o passivo com financiamentos, pago.

(a) Risco de mercado

Exposição ao risco de taxas de juros

Ativos

A Companhia possui caixa e equivalentes de caixa, bem como aplicações financeiras, mantidos substancialmente em CDB's, indexados à taxa CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro (ver nota explicativa nº 3).

Adicionalmente, conforme mencionado na nota explicativa nº 6 (a), o ativo financeiro da Companhia também possui remuneração a uma taxa pré-fixada. Os riscos nestas posições advêm da possibilidade de ocorrerem oscilações negativas nas taxas de juros pactuadas e, conseqüentemente, na remuneração destes ativos.

Passivos

A Companhia está exposta a riscos relativos à variação em taxas de juros em função de ter captado financiamentos e arrendamentos indexados a taxas como o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo e SELIC – Sistema Especial de Liquidação e Custódia (ver notas explicativas nº 12 e 13).

Abaixo é apresentada a composição da exposição líquida dos ativos e passivos financeiros da Companhia sujeitos a variações nas taxas de juros:

Análise de sensibilidade

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos da variação destas taxas sobre seus ativos e passivos financeiros. Na referida análise os indexadores foram estressados negativa e positivamente em 25% e 50% em relação ao cenário base, servindo de parâmetro para os cenários I, II, III e IV, respectivamente, onde:

	30/06/2026	31/12/2025
Exposição a taxas de juros pré-fixadas		
Ativos		
Ativo financeiro	302.182	294.766
Passivos		
Arrendamentos	(2.138)	(2.429)
Exposição líquida às taxas de juros pré-fixadas	300.044	292.337
Exposição a taxas de juros pós-fixadas		
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicação em CDB	11.707	20.713
Passivos		
Debêntures	(62.495)	(64.800)
Empréstimos	(42.509)	(46.563)
Exposição líquida às taxas de juros pós-fixada	(93.297)	(90.650)
Exposição líquida total a taxas de juros	206.747	201.687

Cenário atual: refere-se ao cenário real em 30 de junho de 2026;

Cenário base: elaborado com base nas informações reais disponíveis no dia 23 de junho de 2026, extraídas de fontes confiáveis do mercado financeiro como Banco Central, Receita Federal CETIP.

Cenários I, II, III e IV: conforme mencionado anteriormente, refere-se à sensibilidade nas variações em relação ao cenário base, retraídas em 50% (cenário I) e 25% (cenário II), e majorados em 25% (cenário III) e 50% (cenário IV), considerando um horizonte de 12 meses.

A tabela abaixo demonstra os indexadores aos quais a Companhia está exposta, bem como o cálculo de suas possíveis oscilações, considerando os critérios descritos acima.

Indexadores	Risco	30/06/2026		Período até 30 de junho de 2027			
		Cenário Atual	Cenário Base	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI	Variação CDI	14,15%	14,15%	7,08%	10,61%	17,69%	21,23%
IPCA	Variação IPCA	4,64%	4,64%	2,32%	3,48%	5,80%	6,96%
SELIC	Variação SELIC	14,25%	14,25%	7,13%	10,69%	17,81%	21,38%

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros, com base nos cenários expostos acima, pode ser assim demonstrada:

Ativos financeiros		30/06/2026	Período até 30 de junho de 2027				
Operação	Risco	Cenário Atual	Cenário Base	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Aplicações financeiras de liquidez imediata	Variação CDI	11.707	13.364	12.536	12.950	13.778	14.192
		11.707	13.364	12.536	12.950	13.778	14.192
	Efeito de ganho (perda)		1.657	(828)	(414)	414	828
Passivos financeiros		30/06/2026	Período até 30 de junho de 2027				
Operação	Risco	Cenário Atual	Cenário Base	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Debêntures	Variação IPCA	62.495	65.395	63.945	64.670	66.120	66.845
	Variação SELIC	42.509	48.567	45.539	47.053	50.081	51.595
Financiamentos		105.004	113.962	109.484	111.723	116.201	118.440
Efeito de ganho (perda)			(8.958)	4.478	2.239	(2.239)	(4.478)
Efeito de ganho (perda), líquido			(7.301)	3.650	1.825	(1.825)	(3.650)

O ativo financeiro não foi submetido a análise de sensibilidade, visto que não está exposto a variação de indexadores financeiros. A remuneração do ativo financeiro é pré-fixada a taxa de 5,21% ao ano, conforme mencionado na nota explicativa nº 6.

(b) Risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado pela Gerência Financeira e monitorado pelo Diretoria Financeira. O gerenciamento do risco de liquidez é elaborado tendo em vista as necessidades de captação e a gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequados recursos financeiros disponíveis em caixa e equivalentes de caixa e por meio de linhas de crédito para captação de empréstimos, com base no monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e operacionais.

Em conformidade com a gestão do risco de liquidez, a Companhia tem realizado uma gestão efetiva do seu ciclo operacional, adequando o prazo médio de recebimento com o prazo médio de pagamento.

(c) Risco de crédito

O risco de crédito é proveniente da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia acompanha rigorosamente o cronograma físico e financeiro de suas operações, além de fazer o acompanhamento permanente das posições em aberto e garantir os fluxos normais de recebimento.

24 SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As apólices de seguros referentes aos riscos contratados estão demonstradas no quando abaixo:

30/06/2026				
Seguradora	Categoria	Apólice	Vigência	Valor
Chubb Seguros Brasil	Risco Operacional	00000000002996001293912	dez/2025 a dez/2026	600.766
Axa Seguros S.A.	Resp. Civil	028522024001903510014913	dez/2025 a dez/2026	30.000
Junto Seguros S.A.	Seguro e Garantia	054362025000507750403829	mar/2026 a mar/2027	32.500

Garantias de execução do Contrato de Concessão pela concessionária

A Companhia mantém em favor do Poder Concedente garantias do fiel cumprimento das obrigações contratuais, estipuladas no contrato de concessão administrativa para realização de serviços e obras de engenharia e prestação de serviço de apoio não assistenciais ao funcionamento do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro, junto à Prefeitura de Belo Horizonte, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde. As garantias referem-se a seguro de execução que é demandado pelo contrato de concessão (Cláusula 19, item 19.1 e 19.1.1). Esses contratos são atualizados anualmente pelo IRC (Índice de reajuste de contraprestação), na mesma data dos reajustes da contraprestação pública máxima. A garantia atual corrigida tem valor de R\$35.500.

25 INFORMAÇÕES ADICIONAIS ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	30/06/2026	30/06/2025
Adições ao direito de uso por meio da contratação de arrendamentos	-	2.915
Compensação entre crédito de imposto de renda retido na fonte (sobre serviços prestados e aplicações financeiras) e imposto de renda a recolher	1.409	1.703
Compensação de tributos federais (IRPJ/CSLL) via Perd/Comp	674	616

26 EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data de emissão do relatório, não houve nenhum evento subsequente significativo que possa gerar algum impacto nas informações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2026.

27 APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

As informações financeiras intermediárias foram aprovadas e autorizadas pela Diretoria da Companhia em 07 de agosto de 2026.

DIRETOR DE OPERAÇÕES

Thiago Nery Python

DIRETOR FINANCEIRO

Felipe Rodrigues Tonetti

CONTADOR RESPONSÁVEL

Ronney Donizete Fernandes
Contador - CRC 286.064/O-3